



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## INSTRUÇÃO DO PERÍODO

<b>Processo TC</b>	4211/989/22
<b>Poder</b>	EXECUTIVO
<b>Município</b>	Taiacu
<b>Entidade</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIACU
<b>Período</b>	10/2022
<b>Relator</b>	Dr. Sidney Estanislau Beraldo
<b>Unidade Fiscalizadora</b>	UR-13 UNIDADE REGIONAL DE ARARAQUARA
<b>Responsável</b>	MAURÍCIO LOFRANO GERALDO
<b>Cargo</b>	PREFEITO
<b>CPF</b>	186.554.188-54
<b>Período de Gestão</b>	01/01/2021 a 31/12/2024

Em atendimento ao disposto nas Instruções e Ordem de Serviço vigentes, temos a informar o seguinte:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

### 1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## 2 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

<b>Previsão acumulada</b>	R\$ 24.473.556,91	
<b>Realização acumulada</b>	R\$ 27.565.563,90	
<b>Variação</b>	R\$ 3.092.006,99	12,6341%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

## 2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

<b>Receitas Realizadas :</b>	R\$ 27.565.563,90	
<b>Despesas Liquidadas até o Período</b>	R\$ 26.799.321,01	
<b>Resultado da Execução Orçamentária</b>	R\$ 766.242,89	2,7797%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

## 2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

<b>Resultado Primário Previsto na LOA</b>	R\$ -9.164.115,17	
<b>Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO</b>	R\$ -567.000,00	
<b>Diferença</b>	R\$ -8.597.115,17	93,8128%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida, devendo o órgão ser alertado, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V, cabendo à auditoria acompanhar a realização dos ajustes nos períodos seguintes.

## 2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

<b>Receita Previdenciária Realizada</b>	R\$ 1.519.130,30	
<b>Receita Previdenciária Prevista</b>	R\$ 2.348.429,98	
<b>Diferença</b>	R\$ -829.299,68	-54,5904%

Verifica-se que a receita previdenciária arrecadada acumulada ficou aquém da previsão orçamentária, demonstrando uma situação desfavorável, evidenciando eventuais falhas na estimativa de arrecadação ou nos repasses das contribuições, diante disto, devendo ser alertado, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V, para os ajustes necessários visando a viabilidade financeira do Regime Próprio de Previdência Social Social.

## 2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

<b>Saldo Final do Bimestre</b>	R\$ 31.066.384,71	
<b>Saldo Inicial do Exercício</b>	R\$ 30.163.519,47	

<b>Diferença</b>	R\$ 902.865,24	2,9932%
------------------	----------------	---------

Da análise das Disponibilidades Financeiras, verifica-se no período uma situação favorável, diante do aumento do saldo inicial acima demonstrado.

## 2.6 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

### Posição no exercício anterior

<b>Órgão</b>	<b>RP Proces</b>	<b>RP Não Proces</b>
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIACU	R\$ 241.155,13	R\$ 1.748.489,22
INSTITUTO DE PREV. DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS	R\$ 0.00	R\$ 12.385,00

### Movimentação no Exercício

<b>Nome Órgão</b>	<b>Inscrições</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Cancelamentos</b>
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIACU	R\$ 0.00	R\$ 1.855.616,66	R\$ 13.308,61
INSTITUTO DE PREV. DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS	R\$ 0.00	R\$ 12.385,00	R\$ 0.00

### Posição atual

<b>Nome Órgão</b>	<b>RP Proces</b>	<b>RP Não Proces</b>	<b>Red Esperada</b>
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIACU	R\$ 2.934,80	R\$ 117.784,28	R\$ 829.019,14
INSTITUTO DE PREV. DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 5.160,42

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

## 2.7 - GF56 - Análise do artigo 167-A da CF/1988

<b>Receita Corrente Arrecadada (Ente)</b>	
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	R\$ 31.095.295,88
<b>Despesa Corrente Liquidada (Ente)</b>	
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	R\$ 28.990.398,58

<b>Resultado do Ente Municipal</b>	
Percentual (c) = (b) / (a)	93,23%

O resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988. Nestes termos, alerte-se o órgão para que adote as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação.

### **3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO**

#### **3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino**

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 20.655.000,00
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 5.350.000,00
<b>Índice Apurado</b>	25,9017%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

#### **3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada**

<b>Receita</b>	R\$ 19.229.112,33	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 4.599.862,28	23,9213%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 4.559.470,57	23,7113%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 4.221.471,03	21,9535%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal.

#### **3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada**

<b>Receita</b>	R\$ 19.229.112,33	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 4.599.862,28	23,9213%

<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 4.559.470,57	23,7113%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 4.221.471,03	21,9535%

Com base na Despesa Empenhada, o Município não atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

### 3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ 582.802,81	R\$ 3.131.709,18	R\$ 3.028.123,50	96,6924%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 25, §3º da Lei 14.113/20.

### 3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ 582.802,81	R\$ 3.131.709,18	R\$ 2.054.577,01	65,6056%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 26 da Lei 14.113/20.

### 3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

O Município não forneceu dados cadastrais suficientes para a identificação das Contas Vinculadas.

## 4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

### 4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 8.305.000,00
------------------------------------	------------------

<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 6.381.700,00
<b>Índice Apurado</b>	76,8417%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

#### **4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada**

<b>Receita</b>	R\$ 18.584.297,58	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 5.489.182,79	29,5367%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 4.867.212,23	26,1899%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 4.466.288,85	24,0326%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

#### **4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada**

<b>Receita</b>	R\$ 18.584.297,58	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 5.489.182,79	29,5367%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 4.867.212,23	26,1899%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 4.466.288,85	24,0326%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 02/12/2022  
**Hora da Geração:** 23:40:47